

A109675

Marilândia esperou 55 anos para ser o 55º município

Fotos de Romero Mendonça e arquivo

Texto de Namy Chequer Filho

Se depender de Marilândia, a dívida de Colatina não será paga. O mais novo Município capixaba sempre contribuiu para a Fazenda colatinense com o equivalente a 30 por cento da sua arrecadação de ICM, e cerca de 30 por cento de sua renda obtida pelo imposto rural, mas reclamava o correspondente em obras públicas. Colatina, na administração do prefeito Devacyr Mário Zaché, perdeu cerca de um quarto do seu território e terá de pagar mais de Cr\$ 400 milhões de dívidas, sem a ajuda de Marilândia.

O 55º Município do Espírito Santo limita-se ao norte com Colatina, ao sul com o rio Doce, a leste com o rio Pancas e a oeste com Linhares. Já havia passado da hora de se emancipar, pois tem uma área maior do que a de 10 municípios do Estado; uma população — aproximadamente 20 mil habitantes — maior do que a de 16 cidades capixabas e um número de eleitores que supera ao de 14 colégios eleitorais do Espírito Santo e 23 municípios do Estado têm uma arrecadação menor do que a de Marilândia.

A vontade de emancipação efetivou-se nas urnas do último sábado, quando mais de 70 por cento do eleitorado de 4.075 pessoas manifestou-se contrário a manutenção de Marilândia como distrito de Colatina. Foi uma mobilização política jamais vista desde tempos do integralismo, quando a colônia de imigrantes italianos se organizava pela primeira vez, em torno de "Deus, pátria e família". A campanha pela emancipação produziu fortes polêmicas, envolvendo um senador, um prefeito, um deputado federal e vários parlamentares municipais mais diretamente.

Tudo começou no ano passado, quando Rio Bananal, então distrito de Linhares, conseguiu sua emancipação. Aliás, foi na festa de assinatura da lei criando o Município de Rio Bananal, que um grupo de Marilândia — composto de fazendeiros e comerciantes — procurou o deputado estadual Nyder Barbosa de Menezes patrocinador do processo de desanexação em Linhares, para encaminhar o anteprojeto de emancipação do distrito de Marilândia de Colatina. Os líderes marilandenses alegavam, que, se chegavam a procurar um político da oposição, era porque haviam tido a negativa de homens públicos ligados ao governo neste sentido.

Isto porque João Manoel Meneghelli (PDS) — eleito deputado estadual com 50 por cento da preferência dos eleitores de Marilândia — mostrou-se relutante e, por fim, acabou por deixar ao esquecimento o pedido feito pela comunidade



Após 55 anos de espera, a população do distrito passou dois dias festejando nas ruas.

Nyder ao processo de emancipação não era bem visto pelo partido do governo. Com sua experiência no caso de Rio Bananal, Nyder pôde, dentro do prazo, levar adiante a criação do Município, permitida pela Constituição apenas em anos pré-eleitorais e eleitorais.

Foram feitos os primeiros levantamentos da situação de Marilândia, o recolhimento dos primeiros dados exigidos por lei, ainda no ano passado e, em 1980, iniciou-se a tramitação do projeto. A papelada estava completa na reabertura dos trabalhos legislativos deste ano. O projeto tramitou nas Comissões da Assembléia Legislativa e, na medida em que se aproximava o dia de sua votação, intensificavam-se os debates. A população do distrito acompanhava tudo chegando, inclusive, a enviar uma delegação de mais de 300 pessoas para Vitória, no dia da votação do projeto na Assembléia.

Na ocasião, havia o temor de que a bancada do PDS, maioria na Casa, votasse contra o projeto de realização do plebiscito. Entretanto, este não foi o comportamento do partido do governo, em consequência da repercussão negativa que se seguiria forçosamente.

projeto de desmembramento do distrito de Graça Aranha, resolveram anexá-lo ao de Marilândia, com o objetivo de esgotar o prazo legal para a emancipação de Marilândia".

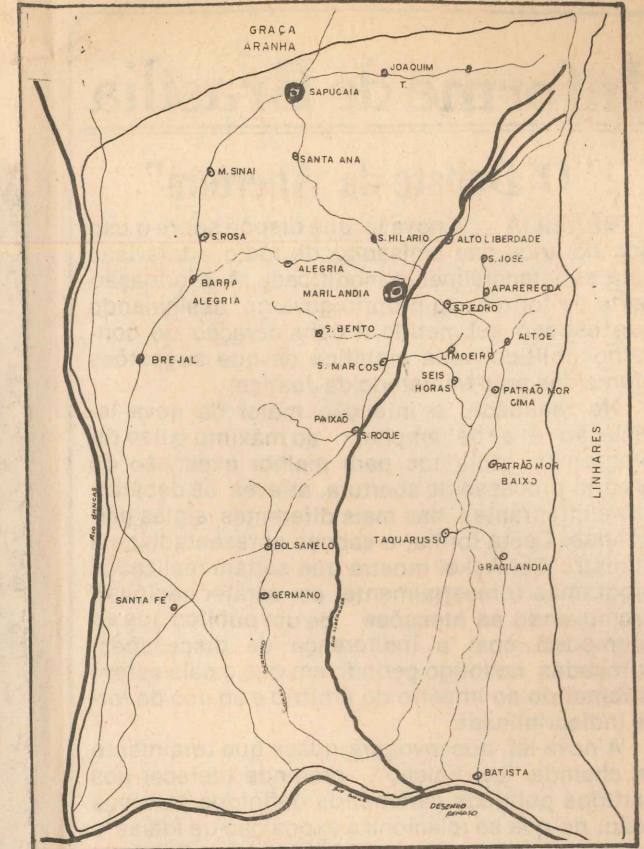
Enquanto a "manobra" era denunciada na Assembléia, 300 pessoas pediam audiência ao governador Eurico Rezende, para expor a situação. Eurico recebeu o grupo e barganhou: orientava sua bancada para aprovar o projeto, mas queria o apoio de Marilândia ao sucessor da Arena. A proposta foi aceita e o projeto para a realização do plebiscito foi aprovado. Naquele dia, a sessão da Assembléia foi marcada por tumulto. O deputado Nyder Barbosa chegou a quebrar o microfone de apertes, quando a Mesa Diretora dos Trabalhos mandou desligar o som. Por pouco não ocorreu agressão física entre Nyder e o deputado Otto Rezende (PDS), irmão do governador.

Marcado o dia do plebiscito pelo Tribunal Regional Eleitoral, começaram as polêmicas. Em Colatina, inconformado, o prefeito Devacyr Mário Zaché protestava — através da imprensa — diante da ameaça de emancipação de Marilândia. O protesto recebeu mais

Nyder Barbosa denunciava que na verdade Dalla não queria perder o monopólio de seus cartórios, pois se Marilândia se tornasse Município, teria seus próprios negócios de tabelionato.

O deputado federal Gerson Camata (PMDB), de imediato aderiu à emancipação e participou do processo. Fez-se vários comícios, antecedendo a consulta popular, com a participação de parlamentares também do partido do governo, como Edson Machado, Alcino Franco e Alcino Santos. O PDS colatinense ficou quase que totalmente contra a emancipação, mas o PMDB do Município deu seu apoio. Apenas o vereador oposicionista, Antonio Carvalho posicionou-se contrário. Enquanto isso, em Marilândia a decepção com o deputado João Meneghelli se ampliava. Acusavam-no de ser "submisso" aos Dalla.

Porém o resultado do plebiscito não deixou dúvidas quanto a vontade da população de Marilândia de se separar de Colatina. De 4.075 eleitores, 2.976 pessoas votaram favoravelmente a desanexação; 244 disseram não à emancipação, somando-se aos 19,3 por cento que se abstiveram. Nulos, apenas 26 votos, e em branco 27. A consulta foi



Marilândia ocupa 25% da área do Município de Colatina



negativa de homens públicos ligados ao governo neste sentido.

Isto porque João Manoel Meneghelli (PDS) — eleito deputado estadual com 50 por cento da preferência dos eleitores de Marilândia — mostrou-se relutante e, por fim, acabou por deixar ao esquecimento o pedido feito pela comunidade de Marilândia para separar-se de Colatina, a exemplo do que fez Rio Bananal com Linhares. Entretanto, o apoio de

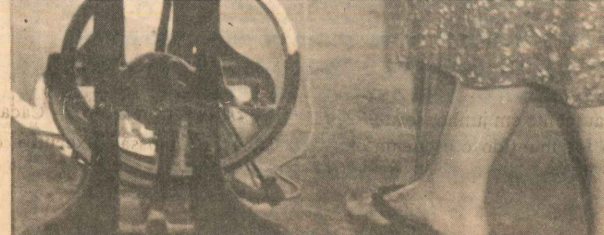
João para o projeto na Assembléia.

Na ocasião, havia o temor de que a bancada do PDS, maioria na Casa, votasse contra o projeto de realização do plebiscito. Entretanto, este não foi o comportamento do partido do governo, em consequência da repercussão negativa que se seguiria forçosamente. Segundo Nyder Barbosa, o PDS resolveu então obstacular de outra maneira: "Como se encontrava em tramitação um

nador.

Marcado o dia do plebiscito pelo Tribunal Regional Eleitoral, começaram as polêmicas. Em Colatina, inconformado, o prefeito Devacyr Mário Zaché protestava — através da imprensa — diante da ameaça de emancipação de Marilândia. O protesto recebeu mais vigor, quando o senador Moacyr Dalla (PDS) anunciou que tentaria na Justiça a anulação do plebiscito. Do outro lado,

deixou dúvidas quanto a vontade da população de Marilândia de se separar de Colatina. De 4.075 eleitores, 2.976 pessoas votaram favoravelmente a desanexação; 244 disseram não à emancipação, somando-se aos 19,3 por cento que se abstiveram. Nulos, apenas 26 votos, e em branco 27. A consulta foi feita com a supervisão do presidente do TRE, desembargador Geraldo Correa Lima.



Setenta por cento do povo votou pela desanexação à Colatina

No café, a fonte maior de uma economia primária

Região onde predomina a pequena propriedade, Marilândia tem sua economia praticamente voltada para a atividade cafeeira. Produz leite e tem também uma incipiente indústria madeireira. A chamada lavoura branca — arroz, milho e verduras, basicamente — tem se desenvolvido, tornado quase que desnecessária a importação destes gêneros alimentícios. Por isso mesmo não conta com um comércio de maiores proporções: as compras domésticas, por exemplo, são feitas na maioria dos casos em Colatina. Marilândia não possui nenhum supermercado e a aquisição de mercadorias de segunda e terceira necessidade pode ser feita precariamente em algumas mercearias locais.

Como o regime fundiário é de pequenas propriedades, é comum a prática da **meia**. Os **meleiros** plantam e colhem o café, substituindo os **bóias-frias**, encontrados em outras regiões de Colatina. É mais lucrativo para o pequeno proprietário operar à **meia** do que custear a vinda de trabalhadores da cidade, para cuidar do café. Ninguém afirma que há miséria absoluta em Marilândia, pois não raramente um **meleiro** possui em sua casa aparelhos eletro-domésticos só encontrados em habitações de classe média urbana.

Os proprietários maiores contam com boas somas em bancos e são geralmente os descendentes dos pioneiros da região, que aos poucos foram vendendo parte de suas terras a pessoas que vieram de Minas Gerais, particularmente da fronteira com o Espírito Santo. Os fazendeiros mais abastados, têm progressivamente deixado Marilândia, vindo morar em Vitória ou Colatina, na maioria das vezes, por necessidade de educação superior para os filhos. Alguns ainda permanecem estabelecidos na região e conservam suas influências políticas até em Colatina.

O regime de pequena propriedade promove uma intensa comercialização de terras, e a especulação acabou por valorizar as propriedades. Há pessoas que começaram como **meleiros** se tornaram proprietárias. Outros tiveram de abandonar a região, porém. Apenas o Banestes tem uma agência em Marilândia, onde são feitas as operações econômicas. Há uma Cooperativa Cafeeira, cujo prédio é sempre utilizado para bailes e festas.

A vida urbana não é diferente da de cidades do mesmo porte: só duas casas noturnas funcionam sempre, concorrendo com uma meia dúzia de bares, que fecham antes da meia-noite. A prática religiosa é intensa, com a predominância do catolicismo e todos assistem a dominical. A Igreja marilandense controla a atividade de 30 comunidades de base, instaladas em Marilândia e Sapucaia. Aliás, a campanha para a emancipação teve grande ajuda do pároco Antônio Volkner, no trabalho de conscientização, conforme revelou o próprio padre.

A televisão vem há muito alterando os hábitos da comunidade, antes conservadora das tradições italianas. Ouvir, nas conversas, frases e chavões criados por programas de TV é comum, como é normal fazer referência a episódios das telenovelas. A juventude não dá trabalho à polícia, segundo o sargento Deorce, subdelegado de um destacamento formado por ele, um cabo e um soldado. O subdelegado disse que o crime mais comum é de sedução, principalmente no interior.

A expansão da zona urbana deverá encontrar dificuldade iniciais: as propriedades que circundam a sede pertencem a fazendeiros ricos, portanto sem interesse de vendas para loteamentos, pelo menos até agora. Por isso, o preço dos imóveis no centro da cidade vem subindo muito. Há seis meses atrás, comprava-se uma casa de porte médio, na avenida principal, por uma quantia que variava entre Cr\$ 300 mil a Cr\$ 500 mil. Hoje, os mesmos imóveis ultrapassam o valor de um milhão de cruzeiros.

Na entrada da sede de Marilândia há uma vasta área, própria para loteamento, pertencente à família Catelan, que não manifestou até agora nenhum interesse de negócio. Os outros lados da zona urbana pertencem aos fazendeiros Otávio Perin, José Lorenzoni, Dionísio Falqueto e José Lorenzoni.

O Integralismo como parte da história

O movimento Integralista — corrente ideológica identificada com o fascismo italiano — é mais do que um capítulo nos 65 anos da história de Marilândia. Integralistas históricos ainda residem no novo município como Aguerino Camata, José Padovan, Vitório Lorenzoni e outros alguns já não moram na região e outros morreram.

Excedentes das regiões rurais da Itália — em processo de concentração latifundiária — os primeiros imigrantes começaram a chegar em 1925. A família Ceolin é considerada a pioneira de Marilândia e foi Alberto Ceolin quem introduziu o Integralismo no então distrito. A medida em que o tempo passava, mais e mais italianos chegavam à região, mas a grande afluência ocorreu mesmo em 1932, quando Marilândia já possuía até a estrada ligando-a a Colatina.

À partir da estrada, iniciou-se o relacionamento mais próximo. No campo político, os laços se estreitaram; as famílias Frachiani, Scarton, Vitali, Dalla Bernardina e Pretti, todas de Colatina, nunca deixaram de fora dos movimentos políticos seus patrícos marilandeses. Ângelo Frechiani, no início dos anos 30, dava marcha à quinta coluna de Benito Mussolini. Os camisas verdes partiram para a organização.

O lema, "Deus, Pátria e Família", ganhou adeptos nas localidades de São Marcos, São Pedro e Sapucaia, inicialmente. Havia o medo de se perder a propriedade, cultivada com sacrifício. O Integralismo levava mensagem de segurança, contra os comunistas que queriam estatizar as terras. Guerino Camata — primo do deputado Gerson Camata — disse ontem que aderiu ao Integralismo porque havia nele a promessa de um governo católico, caso "o grande Plínio Salgado" vencesse os comunistas, aliados a Getúlio Vargas. Ele afirmou: "Até pouco tempo eu ainda tinha meu uniforme". Entretanto, na sala de sua casa, em São Pedro, conserva na parede, ao lado de um quadro de Jesus Cristo, duas molduras: uma do ex-deputado Oswaldo Zanello e outra de Plínio Salgado, líder Integralista nacional.

Guerino contou que no final dos anos 30, um religioso paulista, padre Prussiano, chegou a Colatina, como um dos coordenadores do movimento, para colocar os militantes a par dos acontecimentos nacionais e internacionais. Relatou que o padre foi outras vezes a Colatina, ficando hospedado sempre na fazenda de Ângelo Frechiani. Numa destas ocasiões, ele levou consigo um jovem bem falante e bom orador: Oswaldo Zanello, que acabou ficando por lá, e até se casou com uma das filhas de Frechiani. Daí em diante o movimento tomou forma: todos vestindo camisas verdes, com quepe na cabeça e uma obediência cega, promoviam reuniões com frequência cada vez maior.

Guerino disse que se sente orgulhoso com o que foi a "juventude Integralista", surgida mais tarde no interior do Partido de Representação Popular, o PRP. Segundo afirmou, dela faziam parte "grandes homens: além de Oswaldo Zanello, havia João Manoel Meneghelli, Jamil Zoain, Pergentino Vasconcelos, Guilherme

Pretti, e outros que não chegaram a militar na política. Nesta época, Guerino foi alçado a capitão da Quinta Coluna.

Ele narrou as prisões ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial: "Primeiro prenderam o Pedro Vitali em Colatina, depois os outros. A polícia tomava as armas dentro das casas e espancava os alemães e pomeranos. Mandaram uma guarnição aqui em Marilândia para prender Alberto Ceolin e levaram ele para Vitória". Entretanto, Vitório Lorenzoni confessou que a repressão mais sistemática contra o Integralismo ocorreu quando o PSD estava no poder, aqui no Espírito Santo. No governo Carlos Lindenberg — já quando Getúlio Vargas voltava ao Palácio do Catete — nos primeiros anos da década de 50, houve novamente prisão em massa em Marilândia e ficou proibida a posse de armas.

O PRP era hegemônico no distrito: Oswaldo Zanello chegou a ser deputado por sete vezes. Em Colatina, o PRP fazia aliança com a UDN nos anos 50 e somente com a chegada da família Manhago em Marilândia que surgiu o PSD. Mesmo assim, os membros do PRP mantinham seu espaço, apesar de não contarem com o apoio do governo pessedista. Jamil Zoain também era influente no distrito, mesmo sendo descendente de árabe. João Manoel Meneghelli concorria na mesma área, embora mais ligado à corrente udenista, já liderada por Moacyr Dalla, em Colatina.

Marilândia sempre refletiu a correlação de forças político-partidárias de Colatina, em sua condição de distrito. E foi assim por ocasião do movimento militar de 1964. Na sede do Município, o crescente PTB sofria os primeiros revezes com a mudança do regime: enquanto o trabalhista Ramon de Oliveira Netto era desbancado, Zanello convocava os marilandeses a apoiarem o movimento militar. Em 1966, formada a Arena Um e Dois em Colatina, Marilândia também dividia suas forças de apoio ao governo. Manteve esta posição até a extinção do partido do governo. De um lado, o setor ligado ao grupo tradicional. Moacyr Dalla, Zanello, Syro Tedoldi Neto, Jamil Zoain e, por extensão, ao então senador Eurico Vieira de Rezende. Do outro, João Meneghelli, Gerson Camata, Paulo Stefanoni, Belmiro Teixeira e, em consequência, ao deputado Elcio Álvares e ao então senador João Calmon.



Zanello: expressão local do integralismo



Nyder Barbosa, um dos articuladores do plebiscito, acompanhou a apuração.

Assembléia aprova o projeto de lei

A Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa vai aprovar hoje, às 13h30m, o Projeto de Lei criando o Município de Marilândia que será automaticamente desmembrado de Colatina após o governador Eurico Rezende sancionar a Lei da emancipação. A sanção do chefe do Executivo vai ser dada amanhã e será publicada no Diário Oficial de quinta-feira próxima.

A instalação do 55º Município capixaba somente acontecerá quando da posse de seu prefeito, vice e dos vereadores, devendo coincidir por força de Lei, com a dos demais municípios do Espírito Santo. Até lá, Marilândia será administrada pelo prefeito Devacyr Mário Zaché, que só poderá usar cinco por cento de sua arrecadação.

Para que Eurico Rezende possa sancionar e determinar a publicação, no Diário Oficial, da Lei que cria o novo Município até o próximo dia 15 — data máxima permitida por Lei para a emancipação de distritos — a Assembléia Legislativa está agindo com rapidez. Ainda ontem o deputado Nyder Barbosa de Menezes — (PMDB) apresentou o Projeto de Lei da criação do Município, lido durante o expediente e encaminhado à Comissão de Justiça.

PROCESSO

Hoje a Comissão de Justiça designa

relator, que apresentará parecer. A reunião da CJ começa às 13h30m e antes das 14 horas, o parecer já estará votado. Com o início da sessão normal da Assembléia às 14 horas, esse parecer será lido e o presidente da Casa, deputado Edson Machado, determinará sua publicação na Imprensa Oficial.

Com a divulgação do parecer amanhã, a Assembléia realiza sessão às nove horas, e aprovará o parecer da Comissão. As 13h30m o projeto voltará à Comissão de Justiça para redação final. As 14 horas o Projeto de Lei estará em condições de ser aprovado pelos deputados, às 17 horas, votarão sua redação final. Transformado em Lei, o projeto será imediatamente encaminhado ao governador para sanção. Na próxima quinta-feira a Imprensa Oficial publicará a sanção do governador oficializando a criação do Município de Marilândia.

ADMINISTRAÇÃO

Mesmo emancipada, Marilândia, por ironia continuará sendo administrada pelo prefeito de Colatina, Devacyr Mário Zaché, que foi contra sua emancipação. É que a Lei não permite a instalação imediata de Município recém-criado. E necessário que que haja eleição municipal, dentro do calendário normal, para sua instalação, o que só ocorre com a posse do prefeito, vice e da Câmara dos vereadores.

Publicado D.O.E.S. 15 maio.